

ARQUISUR 2016 – PREMIO EXTENSIÓN
PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO BECO DAS PEDRAS

Acad. Arq. Elisa Escosteguy Utzig; Acad. Eng. Civil Bruno Löff Ferreira Leite; Acad. Ciências Sociais Luís Gustavo Ruwer da Silva; Acad. Arq. Vanessa Geremias Leal;

EMAV - Escritório Modelo Albano Volkmer - emav@ufrgs.br
Faculdade de Arquitetura, UFRGS, Brasil

Período de execução: Junho de 2014 a Agosto de 2016

Equipe de projeto: Acad. Eng. Civil Bruno Löff Ferreira Leite; Acad. Arq. Elisa Escosteguy Utzig; Acad. Arq. Filipe Fischborn Baumbach; Acad. Arq. Jean Michel Fortes dos Santos; Acad. Jornalismo Jadde Molossi; Acad. Arq. Jamile Mallet; Acad. Ciências Sociais Luís Gustavo Ruwer da Silva; Acad. Arq. Vanessa Geremias Leal; Acad. Arq. Victoria Awoyama Klein; Orientadores: Prof. José Carlos Freitas Lemos; Prof. Leandro Andrade.

Resumo: O Beco das Pedras é uma passagem de difícil acesso localizada no Morro da Cruz, Zona Leste de Porto Alegre. Sendo área não regular, a comunidade não tem alcance pleno à serviços públicos básicos. Desde 2014, o EMVA vem desenvolvendo um processo participativo, com a realização de ações relacionadas ao saneamento, à coleta de lixo e ao acesso às moradias.

Palavras-chave: Autoconstrução; Autonomia; Organização Popular; Projeto Participativo.

Introdução

O presente trabalho, refere-se à ação de extensão realizada pelo EMVA¹ em conjunto com a comunidade do Beco das Pedras, que se insere no Morro da Cruz, Bairro São José, Zona Leste de Porto Alegre. Os cerca de 30 mil habitantes que nele residem manifestam uma configuração socioeconômica heterogênea que acaba se reproduzindo, também, na construção das residências e na sua formalização perante o Estado. Nas áreas de maior declive, que muitas vezes

¹ Escritório Modelo Albano Volkmer – Grupo de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que trabalha com comunidades vulneráveis que estão organizadas, mas que não tem acesso ao trabalho de arquitetas e arquitetos.

são APPs², as ocupações dão-se entre pedras e árvores, originando becos e vielas que configuram um acesso precário às residências. É nesse contexto que se encontram as cerca de 20 famílias moradoras do Beco das Pedras.

O processo participativo desenvolvido pelo EMAV em conjunto com a comunidade do Beco das Pedras insere-se num momento de crescimento de uma cultura política de associativismo comunitário e participação popular na região. Nesse contexto, destacam-se algumas organizações parceiras: o Projeto Reviver³, o Coletivo Antropológico⁴ e a ACOMUZ⁵.

Em junho de 2014, alguns moradores do Beco das Pedras, em conjunto com as entidades anteriormente citadas, trouxeram a demanda da Escadaria do Beco das Pedras até o EMAV. A vontade dos moradores em trabalhar em conjunto com o EMAV surgiu a partir da identificação de semelhanças entre a sua demanda e o projeto da Escadaria Sete Povos, realizado na comunidade do Jardim Universitário em 2013. Cerca de um mês antes do contato inicial entre os moradores do Beco e os estudantes do EMAV, devido a problemas na fiação elétrica irregular, a casa de uma moradora havia incendiado e foi completamente destruída. Este episódio foi significativo do ponto de vista do associativismo comunitário, visto que resultou na aproximação dos moradores.

O engajamento em relação à questão da acessibilidade e de saneamento básico não é recente. Há cerca de cinco anos, após mobilização comunitária - que contou com a participação de moradores do Beco e de outras áreas do Morro - um pedido de melhorias no acesso com construção de escadaria e rede de esgoto foi feito através da ACOMUZ e aprovado pelo Orçamento Participativo⁶. A obra chegou a ser executada pela prefeitura, mas, por limites legais, travou quando chegou na área do Beco das Pedras. O argumento foi o de que, por se tratar da ocupação em uma APP, não caberia ao poder público interferir de maneira a facilitar a permanência da população local.

Objetivos

² Áreas de Preservação Permanente – segundo o Código florestal, são áreas que “consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis(...)”.

³ Projeto de conscientização ambiental desenvolvido por Ubiratan Marquette.

⁴ Coletivo de antropólogos que atua no Morro da Cruz.

⁵ Associação Comunitária do Morro da Cruz.

⁶ Política criada em Porto Alegre que é exemplo mundial de participação e inclusão da população nas decisões sobre o orçamento municipal.

O objetivo geral da ação foi o de conquistar melhorias no espaço físico através de um processo participativo - no qual estão envolvidos moradores, estudantes e outros agentes externos de diversas áreas de atuação - que incentiva a organização da comunidade, valorizando sua autonomia.

Foi identificada como demanda prioritária a melhoria das condições de acessibilidade da principal via do Beco das Pedras. Sendo assim, a ação objetiva especificamente atender a esta demanda, fomentar a participação popular, a conscientização e principalmente a autonomia dos moradores. Além disso, busca-se estabelecer um posicionamento crítico, tanto de estudantes como de moradores, sobre as condições de planejamento e gestão do espaço urbano por intermédio da organização popular.

Metodologia e desenvolvimento da ação

O envolvimento do EMAV com a comunidade do Beco das Pedras desenvolveu-se como uma experiência que busca, através de uma prática de processo participativo baseada na ideia de extensão enquanto intercâmbio de saberes, a democratização do direito à cidade de forma a promover uma prática autônoma do ativismo comunitário.

Em um primeiro contato entre o EMAV e alguns moradores do Beco das Pedras, em setembro de 2014, foram elencadas diversas problemáticas referentes ao lugar, dentre elas o acúmulo de lixo em diversos pontos, a falta de serviços básicos como saneamento e energia elétrica e a precariedade do acesso às casas. O grupo optou por iniciar sua aproximação com a comunidade através da problemática relacionada ao lixo, por tratar-se de uma questão que exigiria menos planejamento, podendo ser abordada em ações pontuais e conjuntas visando o desenvolvimento de uma maior consciência ambiental.

Para iniciar o processo, foi proposta uma atividade lúdica de desenho do local sob a ótica da cartografia social para, posteriormente, apresentar um mapa da área, identificar alguns pontos de interesse e fazer um mapeamento participativo dos principais focos de acúmulo de lixo. A partir deste mapeamento, foi possível contatar o CAR⁷ e o DMLU⁸, na busca de um maior envolvimento das instâncias governamentais responsáveis. Paralelamente, através de uma

⁷ Centro Administrativo Regional.

⁸ Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

parceria com o Projeto Reviver, foram organizadas oficinas de educação ambiental, mutirões de coleta de lixo e confecção de lixeiras ecológicas. Buscou-se também o contato com o DMAE⁹ e o DEP¹⁰, na tentativa de buscar melhorias no saneamento básico do local.

Na falta de um espaço coletivo de organização foram realizadas uma série de reuniões comunitárias itinerantes na área externa de cada uma das moradias. Os encontros eram divulgados anteriormente visando à convocação do maior número possível de interessados em tratar das questões relacionadas à coletividade local. Durante este período, percebeu-se um grande avanço no sentido de percepção da coletividade e organização comunitária, visto que houve uma aproximação significativa entre os moradores e deles com seu território.

Esse modo de atuação, baseado não apenas no acúmulo organizativo autônomo da comunidade, mas também na aproximação e cobrança do poder público possibilitou importantes vitórias. Dentre elas, destacam-se a implantação da rede de esgoto sanitário cloacal para as moradias que não possuíam acesso a este serviço e a limpeza de um terreno onde havia um grande foco de acúmulo de lixo, que foi posteriormente ocupado e transformado em um espaço de uso coletivo.

Após esta etapa de aproximação, na qual foi possível o estabelecimento de relações de confiança mútua entre os agentes externos e a comunidade, o grupo passou a trabalhar na concepção da escadaria de acesso às moradias. Primeiramente, foram realizadas pesquisas sobre possíveis técnicas construtivas que se adaptassem ao local, garantissem a permeabilidade do solo para absorção do escoamento pluvial e fossem acessíveis para a execução por parte dos moradores e estudantes. Por fim, optou-se por executar a escadaria em uma dinâmica de mutirões de autoconstrução seguindo uma lógica de processo-projeto – um par que se retroalimenta –, na qual as decisões projetuais eram debatidas coletivamente.

Após a arrecadação de recursos financeiros para viabilizar a execução da obra, feita através de rifa, tiveram início os mutirões de construção da primeira etapa da escadaria. Durante a construção desta primeira etapa, foi possível observar os reflexos do processo desenvolvido no decorrer dos anos anteriores.

⁹ Departamento Municipal de Água e Esgoto.

¹⁰ Departamento de Esgotos Pluviais.

Destaca-se, neste sentido, a noção de pertencimento às relações comunitárias cultivadas e consequente apropriação do produto destes mutirões.

Considerações finais

Após mais de dois anos de processo participativo, além de ganhos muito significativos em relação à infraestrutura urbana - melhorias nas redes de esgoto, elétrica e de coleta de lixo; implantação de corrimãos, escadaria e rampa de acessibilidade para cadeirantes -, conclui-se que os principais méritos do projeto estão relacionados ao avanço no senso de coletividade, organização e participação popular, que só foram possíveis através da autogestão dos espaços públicos comunitários numa escala microlocal.

O espaço cotidiano seria, assim, a menor escala de um exercício concreto do direito à cidade entendido como direito coletivo de transformá-la. A autonomia na sua produção implica que grupos locais e microlocais determinem seus processos e desenvolvam-nos ao longo do tempo. (KAPP, Direito ao Espaço Cotidiano, pag 469)

Percebe-se, no decorrer deste processo, a efetividade do trabalho participativo nesta escala, visto que ela permite que o mesmo se encaminhe, gradualmente, na direção da garantia de um direito que, historicamente, é negado a essa população: o direito à produção e transformação da cidade.

Referências:

- SCALCO, Lúcia. “A gente não passa fome. A gente passa dificuldade; uma etnografia sobre família, alimentação, assistência e trabalho”. 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014.
- HARVEY, David. “O direito à cidade”. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- KAPP, Silke. “Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole”. Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 463-483, jul/dez 2012.
- CALVI, Anderson et al. “Escadaria da Rua Sete Povos em Viamão – RS: Uma experiência de Organização Popular e Autoconstrução”, ARQUISUR, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. “O direito à cidade”. 5.ed. São Paulo: Editora Centauro, 2001.